

Apresentação

Equipe Contexto Jurídico

A presente edição da Revista Contexto Jurídico trata-se de uma singela homenagem do corpo discente da Faculdade de Direito da UERJ oferecida em oportunidade da aposentadoria do notório professor e advogado Nilo Batista nas aulas da graduação. Esta se torna mais do que obrigatória diante da inquestionável história do Professor homenageado de luta e dedicação à nossa Faculdade, bem como pelo exemplar posicionamento crítico em relação ao sistema penal brasileiro e seu respectivo funcionamento e simbolismo no Estado Democrático de Direito no qual hoje vivemos.

Justamente por conta do perfil homenageado, não se poderia pensar em desenvolver uma edição de homenagem da Contexto Jurídico, cujo fim único fosse a exposição e o enaltecimento da legislação penal pátria, da Constituição Federal e do Direito de um modo geral de forma irreflexiva e intelectualmente preguiçosa. Muito pelo contrário, a Contexto Jurídico assume a insistente missão de fomentar o pensamento crítico do alunato da Faculdade de Direito da UERJ, em especial da Graduação, sobre as questões do Direito que nos cercam.

O objetivo central e perene da Revista é o de estimular e promover a produção acadêmica dentre os alunos da Faculdade de Direito da UERJ, associando-se concomitantemente capacidade de reflexão crítica, bem como com a independência intelectual dos autores. Visa-se escancarar a problemática do Direito brasileiro na atualidade, assim como quais são os entraves existentes para a substancialização dos Direitos Fundamentais na sociedade brasileira como um todo.

Em laconíssimas considerações acerca do cenário jurídico supracitado, pode-se iniciar fazendo o seguinte questionamento: “Há, de fato, Estado de Direito para todos?” A resposta é certamente não. De um lado, uma pequena parcela da população vive em um Estado de Direito absoluto; do outro, nas periferias, nas favelas, nos mucambos e em todos os grotões sociais frutos da total ausência do Estado de Direito, o que se vê no lugar é o Estado de polícia. Ingerência e repressão institucionalizadas.

De um determinado sistema jurídico – justamente pelo próprio conceito de sistematicidade – espera-se que os seus elementos e atores integrantes funcionem de modo interconectado e organizado de acordo com as regras de jogo estabelecidas. A operação, porém, do sistema jurídico brasileiro – em especial em relação ao direito penal e as garantias constitucionais – mostra-se completamente assistemática. Por conta da pressão dos mais

variados interesses e valores alienígenas a tal sistema, há uma constante flexibilização das garantias fundamentais e dos espaços democráticos.

É muito tênue a linha que separa o autoritarismo da Democracia, do Estado de Direito e dos Direitos Fundamentais. Estes últimos são um sonho que em um breve suspiro de descuido podem estar suspensos, não são poucos os exemplos na História que provam isso.

Deste modo, cabe a nós, alunos, futuros juristas, profissionais e pensadores do Direito, lutar contra tal berrante assistemática do Direito pátrio; contra os constantes avanços do discurso punitivista e da esmagadora máquina da repressão em relação aos Direitos e Garantias dos cidadãos; e contra o enfraquecimento das tradições democráticas, em favor do estabelecimento de um Estado de exceção cada vez mais comum no nosso cotidiano.

Os caminhos para se trilhar tal rumo não são poucos, nem fáceis. Missão esta, todavia, que a Revista Contexto Jurídico não se furta de assumir. Traz-se aqui uma nota de agradecimento a Carolina Torres, Gabriela Macedo Ferreira, Rafael Mendonça e Michael Teixeira pelo primoroso trabalho de diagramação da presente edição; a Thaís Mesquita Teixeira, cordenadora editorial da FGV, por toda a ajuda no período de reestruturação da Revista; a Divisão de Serviços Gráficos da Uerj pela qualidade do trabalho de impressão; ao apoio dado pela Livraria Café do Wilsinho e por último, mas não menos importante, também ao Centro Acadêmico Luiz Carpenter (CALC) por todo o indispensável suporte.

Maio de 2015